

REBALDE, João, *Liberdade humana e perfeição divina na Concordia de Luis de Molina*, (col. Estudos e Textos de Filosofia Medieval, 7) 215 pp., Famalicão, Humus Ed., 2015, ISBN 978-989-755-162-8

Recensão recebida a 21-06-2016 e aprovada a 15-09-2016

Dois poemas, um em grego e outro em latim (este, uma versão livre do anterior), que abrem a *Concordia liberi arbitrii cum donis gratiae*, de Molina (Antuérpia, 1595), exaltam o autor pelo feito de ter conseguido harmonizar o que, até então, não estava realmente conciliado (ἄζευκτα ζεῦξεν ou, na versão latina, *sociauit dissociata*); ou seja, segundo o poema, Molina teria conseguido harmonizar o livre arbítrio e a presciência divina.

O tema da obra de João Rebalde, que resulta de uma dissertação de doutoramento defendida em 2014, é precisamente o argumento central da referida obra de Molina: a conciliação entre liberdade (humana ou de qualquer outro ente racional) e a perfeição divina (que inclui atributos como o concurso divino, a onisciência, a providência e a predestinação).

O primeiro capítulo (Luis de Molina: vida e obra), além de conter um resumo bibliográfico, situa a *Concordia* no contexto filosófico-teológico e analisa as suas repercussões no mundo católico (a controvérsia *de auxiliis*). Além da análise das definições de livre arbítrio em Molina, em confronto com definições de Tomás de Aquino, de Bañez e de Ockham, apresenta-se aqui o estado da questão no que diz respeito à autoria e à precedência de Fonseca na criação do conceito de ciência média. Rebalde refuta os argumentos de autores que atribuíam a prioridade a Pedro da Fonseca, e afirma que, com base nos dados mais objectivos, i.e., a publicação das próprias obras, a autoria do conceito pertence a Molina (pp. 36-37).

O livre arbítrio, um conceito decisivo para a antropologia, é objecto de uma judiciosa interpretação no segundo capítulo. A definição de Molina é posta em contraste com definições tradicionais (Tomás de Aquino) ou contemporâneas (Lutero, Bañez). O capítulo termina com uma secção sobre limites da liberdade (infância, sono, demência...) e sobre a possibilidade de liberdade nos animais (que se demonstra ser apenas um *vestigium libertatis*).

O papel de Deus, mediante o chamado concurso divino, que no sistema molinista enquadra o livre arbítrio, é o tema do terceiro capítulo. Neste ponto, Molina distancia-se da posição tomista, tal como o fizera na definição de livre arbítrio: ou seja, de acordo com Molina, Deus não age *sobre* a criatura mas *com* a criatura, a acção divina é não instrumentalizadora, mas cooperativa.

A reflexão prossegue com o problema do mal, que se liga ao livre arbítrio sob uma dupla vertente: pelo lado da concursalidade divina (como conciliar a existência do mal com o concurso geral de Deus para toda a acção da criatura?); e pelo lado da agência humana. Do ponto de vista antropológico, a forma como se articulam o pecado e liberdade permite traçar uma linha entre dois extremos: a posição luterana, que vê o ser humano “totalmente submerso no pecado” (p. 104); a posição pelagiana, que afirma existirem no ser humano capacidades suficientes para evitar o pecado.

O capítulo quarto trata do conceito mais original de Molina (embora não seja a sua única originalidade como se vê pelos desenvolvimentos que trouxe à tradição tomista): a ciência média. O conceito foi criado para responder ao problema da “compatibilização da presciência divina e do livre arbítrio” (p. 139). A resposta tradicional ao problema vem de Boécio. Para compatibilizar a presciência divina e o livre arbítrio, o filósofo latino opôs a eternidade, caracterizada pela simultaneidade, à temporalidade, caracterizada pela sucessão e divisibilidade (p. 141). Segundo este argumento, Deus conhece o que é objecto não apenas de conhecimento certo, mas também de conhecimento conjectural, porque dependente do livre arbítrio (o que fará determinada personagem, no tempo, colocada perante as circunstâncias A e B). O pensamento de Molina, como o demonstra com clarividência Rebalde, refuta esta possibilidade que, em última análise, pressupõe a existência de coisas do tempo futuro já no presente da eternidade, o que, além de misturar temporalidade e eternidade, lança a possibilidade de as coisas futuras estarem “já antecipadamente determinadas”(p. 146). O argumento torna-se mais delicado no caso dos futuros contingentes, ou seja, de acontecimentos, estados... que podem ou não vir a acontecer. Para esses futuros contingentes é que Molina propôs o conceito de ciência média (ou seja, ciência que fica entre o conhecimento do que é certo e o conhecimento de algo cuja realização depende de um acto de vontade divina que o possibilitará).

Ligada ao conhecimento de Deus, a providência e predestinação divinas são discutidas no quinto e último capítulo. Rebalde sublinha, em primeiro lugar, como a providência, enquanto plano existente na mente divina, não é, de acordo com Molina, igual para coisas naturais e para agentes dotados de liberdade; e, em segundo lugar, como a providência divina é condicionada, no caso de agentes livres: o fim para o qual Deus dispõe um agente livre, a felicidade eterna, pode ou não ser realizado de acordo com a cooperação desse mesmo agente.

Uma parte da providência é a predestinação que apenas se dirige aos agentes dotados de liberdade. A discussão de Molina tem como pontos de referência, por um lado, a posição luterana cujo entendimento da predestinação anula a liberdade da criatura, e, por outro, a doutrina pelagiana segundo a qual a predestinação é apenas “a previsão dos resultados morais dos agentes livres” (p. 181).

Para Molina, a predestinação incluía apenas a aprovação e não a reprovação das acções de um ser livre. A predestinação no sistema de Molina assenta ainda no conceito de ciência média (capacidade de prever as acções possíveis em determinadas circunstâncias sem qualquer determinação da escolha livre).

O autor mostra o seu conhecimento profundo do pensamento de Molina quando nota as dificuldades da concepção de predestinação. Com efeito, a predestinação consiste na escolha de uma ordem na qual, assim o sabe Deus previamente, alguns agentes livres alcançam a salvação e outros não. Mais uma vez, Molina diverge de Lutero, porquanto, para o autor ibérico não se trata da predestinação de uns para a salvação e de outros para a condenação, mas, sim, da predestinação da ordem na qual será exercido o livre arbítrio do agente. Pena que o autor tenha remetido essa diferença para um esclarecimento de nota de rodapé na página 191; e o mesmo se diga da semelhança do sistema de Molina com a concepção de Leibniz do melhor dos mundos possíveis, assinalada por Rebalde, novamente em nota de rodapé.

Este livro demonstra como a discussão teológica no âmbito escolástico foi um laboratório onde se trabalharam áreas de ponta, como os futuros contingentes. Aos estudiosos da filosofia peninsular e estudiosos de teologia, esta obra abre horizontes e será, seguramente, indispensável; mas tirarão proveito dela, igualmente, outros estudiosos, tendo em conta que várias das questões aqui tratadas estão presentes mesmo na filosofia analítica contemporânea (por exemplo em Alvin Plantinga). Outras áreas disciplinares como a história das ideias terão neste livro matérias e questões de relevância, nomeadamente, a recepção, por muito parcial ou distorcida que seja, de algumas das ideias de Lutero.

Seria desejável que o autor definisse com exemplos mais perceptíveis para um leitor contemporâneo os conceitos de ciência natural e ciência livre (cf. definições, p. 156). Scott Davison, autor do artigo “Prophecy” na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, recorre a exemplos bem mais compreensíveis a um leitor moderno para ilustrar a diferença entre as três

ciências divinas (in Edward N. Zalta, ed., *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Summer 2014 Edition, consultado em <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/prophecy/>>, 20-06-2016).

Do ponto de vista do leitor, seria da maior utilidade o uso de um índice de assuntos. Na verdade, conceitos como acto livre, acto necessário, futuros contingentes, eternidade, temporalidade, supercompreensão, liberdade negativa, importantes na reflexão de Molina (ou na dos seus adversários), escapam à rede do índice geral.

A obra apresenta traduções, revistas pelo Professor Manuel Ramos, de alguns passos do original de Molina, mais importantes para a argumentação. Dada a limpidez dessas traduções, nunca será demais exaltar este mérito da obra, por duas ordens de razões: em primeiro lugar, o pensamento de Molina é subtil; em segundo lugar, as dificuldades terminológicas e sintácticas do seu idiolecto latino tornam a tradução uma proeza. Nessa tarefa, o *interpretes* (que, em latim, tanto pode ser o tradutor como o intérprete) demonstra um incontestável domínio do pensamento de Molina que se caracteriza pela sua argumentação filigranada.

ARMANDO SENRA MARTINS

Universidade de Évora

Centro de Estudos Clássicos - Universidade de Lisboa

adsm@uevora.pt

https://doi.org/10.14195/2183-1718_68_24

REGUERA RODRÍGUEZ, Antonio T., *La Medida de la Tierra en la Antigüedad*, 345 pp., Colección Tradición Clásica y Humanística en España e Hispanoamérica, 14, Universidad de León, Leão, 2015, ilustrado, ISBN 987-84-9773-745-6

Recensão recebida a 18-06-2016 e aprovada a 06-09-2016

Antonio Reguera Rodríguez, professor do Departamento de Geografia e Geologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Leão, em Espanha, publica neste volume o resultado de vários anos de trabalho sobre um tema usualmente referido na bibliografia mas pouco trabalhado nas Faculdades de Letras com uma estrutura departamental pouco favorável às ciências matemáticas. Bastaria esta circunstância para que *La Medida de la*